

espaço  
**Internet**



idades e regiões  
**Digitais**



**DIPLOMA**

DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS EM  
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO



ADMINISTRAÇÃO  
CENTRAL



# POSI

## RELATÓRIO 2002

**POSI**  
PROGRAMA OPERACIONAL  
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

**Portugal Digital**  
Presidência de Conselho de Ministros



União Europeia  
FEDER

## ÍNDICE

1. Enquadramento geral envolvente da Intervenção durante o exercício de 2002
2. Análise de progresso do Programa, por Fundo, Eixos e por Medidas - realização física face aos indicadores e objectivos
  - 2.1. Análise global
  - 2.2. Análise por Eixo Prioritário
  - 2.3. Análise por Medida
3. Execução financeira
  - 3.1. Aprovações e despesa efectuada
  - 3.2. Eixo Prioritário I
  - 3.3. Eixo Prioritário II
  - 3.4. Eixo Prioritário III
  - 3.5. Eixo Prioritário IV
  - 3.6. Pedidos de pagamento e transferências recebidas
  - 3.7. Regionalização do investimento aprovado
  - 3.8. Montantes aprovados
  - 3.9. Vertente Desconcentrada (Programas Operacionais Regionais)
4. Previsões sobre a evolução
  - 4.1. Ponto de Situação a 30 de Abril de 2003
  - 4.2. Previsões de Execução
  - 4.3. Expectativa de cumprimento da Regra N+2
5. Indicadores para a atribuição da reserva de eficiência
6. Medidas para assegurar a eficácia da gestão e implementação do programa
  - 6.1. Acções de acompanhamento
  - 6.2. Síntese de Problemas Detectados
  - 6.3. Medidas para assegurar a eficácia da Gestão e implementação do Programa
  - 6.4. Sistema de informação
  - 6.5. Utilização da Assistência Técnica
  - 6.6. Acções de controlo de 1º Nível
  - 6.7. Avaliação Intercalar
  - 6.8. A dinamização do Grupo Temático
7. Informação e Publicidade
8. Compatibilidade com as Políticas Comunitárias



### 1. Enquadramento geral envolvente da Intervenção durante 2002

O exercício de 2002 foi marcado por algumas alterações operacionais da envolvente de enquadramento de intervenção do Programa Operacional da Sociedade da Informação:

- Mudança de Governo a partir de Abril e enquadramento do POSI na Presidência do Conselho de Ministros, com tutela directa do Ministro Adjunto do Primeiro Ministro;
- Mudança de Gestor do Programa a partir de 1 de Agosto de 2002;
- Criação em Novembro da UMIC (Unidade de Missão para a Inovação e Conhecimento), entidade colocada na órbita da Presidência do Conselho de Ministros, sob a tutela do Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, entidade com responsabilidades políticas de coordenação inter-ministerial das áreas do Governo Electrónico, Sociedade da Informação e Inovação e centralização do Eixo 3 – Estado Aberto na Estrutura do POSI com a nomeação dum novo Gestor,

Dando seguimento à importância estratégica assumida pelo XV Governo Constitucional na operacionalização duma verdadeira nova ordem centrada no papel da Inovação e

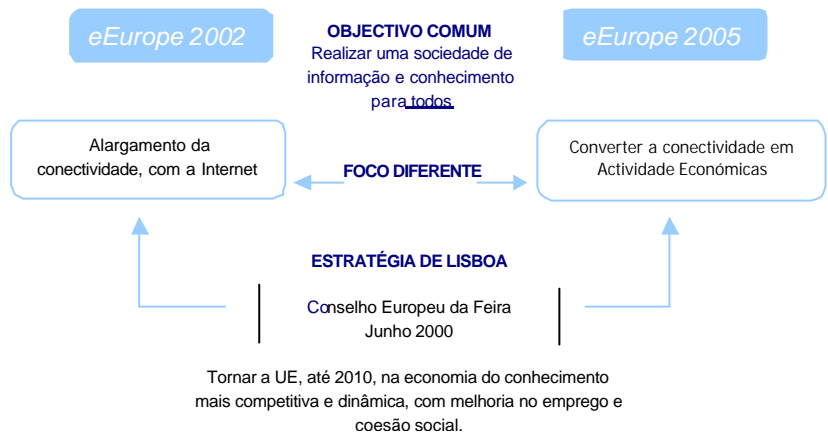
Conhecimento, o POSI assumiu o lema “APOSTA EM PORTUGAL” e focalizou a sua atenção operacional nos seguintes eixos de actuação:

- Clara aposta na participação dos Actores do Território (Associações de Municípios, Associações Empresariais, Universidades e Centros I&D, Sociedade Civil) na concepção e execução dum PORTUGAL DIGITAL competitivo e solidário, dinamizado a partir da “Rede Cidades e Regiões Digitais”
- Consolidação dos processos de massificação no acesso à Sociedade da Informação (completando e dinamizando a “Rede Espaços Internet”) e de formação básica (dinamizando em larga escala a concessão do DCB - Diploma de Competências Básicas), fazendo da SI um verdadeiro instrumento de desenvolvimento social estruturante
- Apoio à dinamização duma política activa de Investigação & Desenvolvimento (I&D),  
Centrada numa linha operativa de cooperação entre Empresas, Universidades e Centros I&D, de modo a poder dar às TIC o seu papel claro de motor da modernização económica nacional e de solidificação dum ambiente global de aposta na Inovação e no Conhecimento como âncoras dum novo Modelo de Desenvolvimento do país.

- Apoio à modernização da Administração Pública, participando em acções-piloto consideradas estruturantes para a construção duma nova relação Estado-Cidadão, alicerçada na eficácia e confiança.

**eEurope 2002 vs. 2005**

Os objectivos consagrados no “eEurope 2005”, centrados no ideal da realização duma Sociedade da Informação e do Conhecimento para todos, representam de forma clara um passo em frente no papel da Sociedade da Informação como motor da actividade económica, já identificado no “eEurope 2002”, e tão bem consignado na Estratégia de Lisboa.



Fonte: UMIC

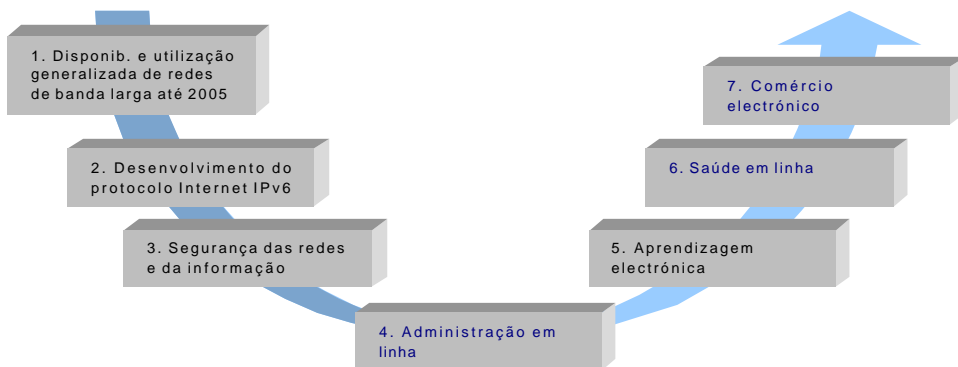
**Foco das Acções**

Com o lema central da “Sociedade de Informação e Conhecimento para todos”, o “eEurope 2005” consolida, a partir da disponibilização de redes de banda larga, a importância que vectores como a administração em linha, a

aprendizagem, a saúde em linha e o comércio electrónico têm na melhoria do funcionamento da sociedade civil.

Oportunidades iniciadas pelo eEurope 2002

2005  
Sociedade de Informação e Conhecimento para todos

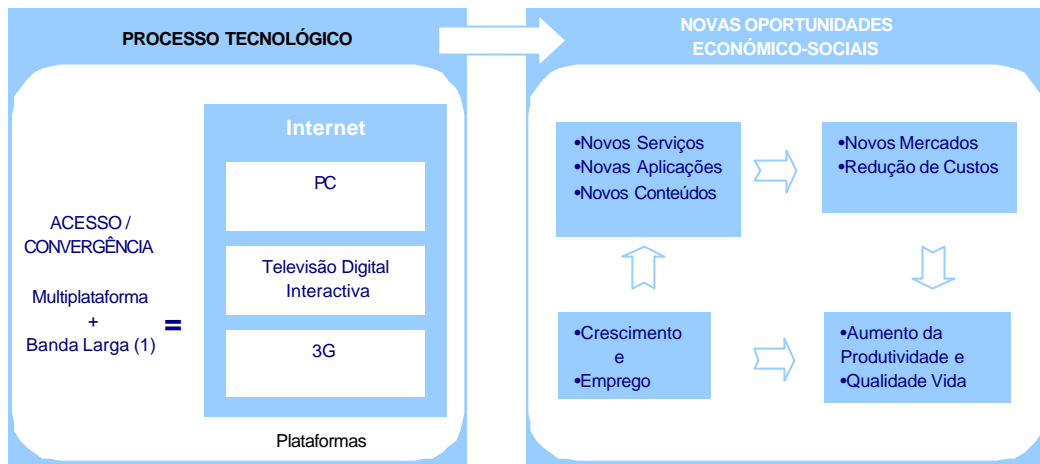


Fonte: UMIC

### A Lógica de Intervenção

Conforme explicitado no quadro abaixo, a consolidação numa plataforma tecnológica estruturada com complementaridades operativas entre diferentes meios, permite a emergência de

novos paradigmas económico-sociais com impacto positivo no emprego, na produtividade e no funcionamento do sistema.



(1) Elevado débito (>= 512 kb) e funcionalidade permanente

Fonte: UMIC

### Actuar na Procura e na Oferta

O sucesso da implementação deste modelo passa em larga medida pela possibilidade de ajustamento operacional entre as dinâmicas da oferta e da procura, assumindo-se a disponibilidade de banda larga e de novos serviços multimédia como exemplos de eixos estruturantes de

actuação nesta área.



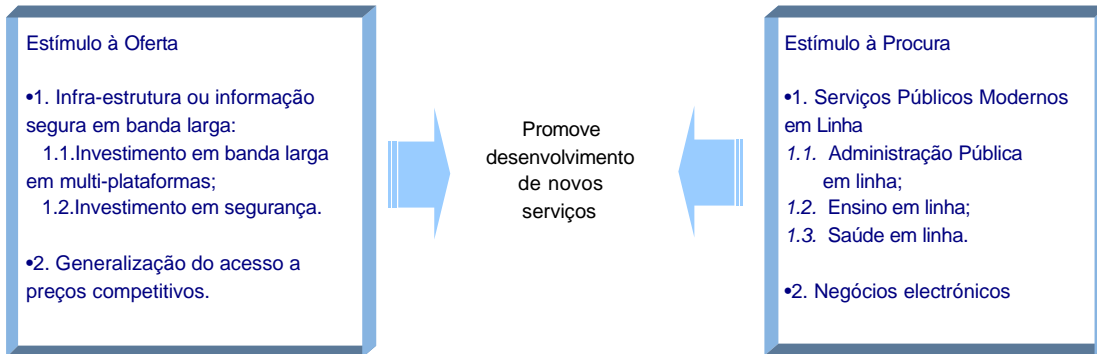
Fonte: UMIC

**Actuar na Procura e na Oferta**

A promoção do desenvolvimento de novos serviços centrais no funcionamento desta sociedade da informação e do conhecimento passa assim em grande medida pela qualidade

do ajustamento que se consiga a todo o momento fazer entre as diferentes componentes da oferta e da procura.

**NOVAS OPORTUNIDADES ECONÓMICO-SOCIAIS**

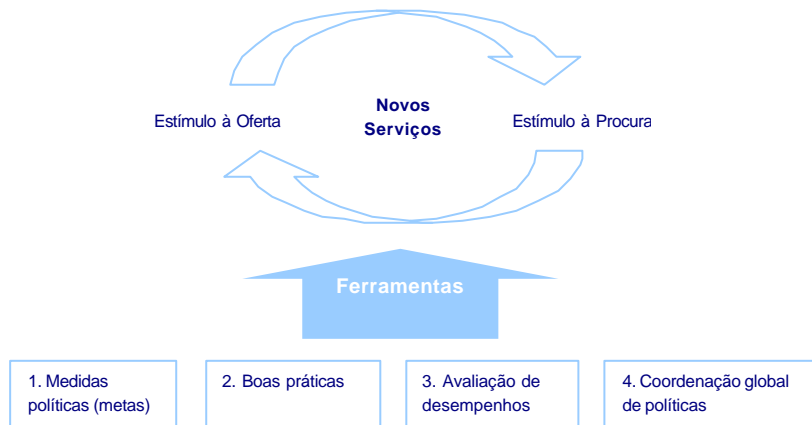


Fonte: UMIC

**4 Ferramentas**

O controlo de ferramentas adequadas revela-se decisivo e destaca-se aqui, entre outros, o papel das medidas políticas, das boas práticas, da avaliação de desempenhos e a

coordenação e gestão geral como instrumento de ajustamento estratégico.



Fonte: UMIC



## 2. Análise de progresso do Programa, por Fundo, Eixos e por Medidas - realização física face aos indicadores e objectivos

### 2.1. Análise global

O enquadramento global da envolvente atrás referida condicionou em larga medida a actuação operacional do Gabinete de Gestão do Programa que mudou de responsável no início da segunda metade do ano. O Gabinete de Gestão do Programa iniciou o ano 2002 com uma estrutura funcional estabilizada, embora prejudicado do ponto de vista de articulação estratégica pela queda do Governo. Desta forma, podemos relevar os seguintes aspectos operativos associados à actuação do Programa:

- Aumento claro da taxa de aprovações de projectos, através das 7 Unidades de Gestão (e uma Consulta Escrita) realizadas, evidenciando uma clara receptividade por parte dos diferentes públicos -alvos à internalização da SI como instrumento de modernidade e qualificação

- Aposta global numa massificação da SI nos seus diferentes instrumentos (acessibilidades, conteúdos, formação) um pouco por todo o país, assumindo—se o POSI através dos seus diferentes Eixos / Medidas como um Programa central no apoio ao desenvolvimento mais equilibrado e estruturante do território nacional

- Afirmação do papel desempenhado pelo POSI como vector importante na disseminação duma imagem global de Inovação e Conhecimento no país, servindo-se para tal do envolvimento e colaboração das Universidades, Centros I&D e Empresas

### 2.2. Análise por Eixo Prioritário

Os vários Eixos do POSI tiveram evoluções distintas, de acordo com a natureza das suas acções dos promotores envolvidos.

Assim, a execução do Eixo 1 foi caracterizada por duas dimensões, associadas à distinta natureza das medidas.

Por um lado, na medida 1.1., associada ao DCB (Diploma de Competências Básicas), deram-se passos no sentido de criar uma Rede Nacional de operacionalização da concessão de Diplomas, envolvendo os Espaços Internet, os Centros de Emprego, as ESES (tendo em vista a acção nas Escolas), as Instituições de Solidariedade Social e outras entidades com cobertura da sociedade civil. Coube no ano 2002 à FDTI o principal papel e dinamização do DCB no terreno e no final do ano foram criadas as condições para que os outros promotores começassem também a ter resultados concretos tendo em vista os objectivos da medida.

No que se refere às medidas ligadas às Competências Avançadas, a Projectos de Investigação e a Projectos de Investigação em Consórcio, a situação correspondeu a uma continuidade de trabalho já devidamente consolidado. Assim, foi possível aproveitar a experiência da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a qual existem contratos programa relativos às medidas 1.2 – Formação Avançada – e medida 1.3 – Projectos de Investigação, tendo sido lançados concursos nestas duas vertentes.



No que se refere a Projectos de Investigação em Consórcio, e ainda no âmbito da medida 1.3, a Agência de Inovação, também no contexto de outro contrato programa, procedeu à operacionalização das 52 candidaturas aprovadas, prevendo-se no ano de 2003 a parte mais substantiva do impacto no terreno destes projectos.

O Eixo Portugal Digital, que agrega, numa estratégia de complementaridade quatro medidas, tem como grandes objectivos:

\_O acesso generalizado dos cidadãos ao computador e à Internet, num combate à info-exclusão, através do

desenvolvimento de uma política pública que garanta uma cobertura regional e socialmente equilibrada do país;

\_A concepção e disponibilização de conteúdos de interesse público e de qualidade em língua portuguesa que estimule e dê sentido à utilização destas tecnologias;

\_A disponibilização na Internet de informação e serviços ligados a um território espacial, cultural, social e económico, com vista à melhoria da qualidade de vida dos seus membros e melhoria da competitividade do seu tecido económico.

No sentido de concretizar estes objectivos, o GG-POSI encetou durante o ano de 2002 várias acções operacionais, de que se destacam as seguintes:

- Consolidação da “Rede Espaços Internet” como espaço privilegiado de acessibilidades na área da Sociedade da Informação um pouco por todo o território e animação da RCTS (Rede Ciência Tecnologia e Sociedade) na crescente necessidade de articulação entre as escolas, estabelecimentos do ensino superior e outras entidades da área de I&D.

- Dinamização de projectos multifacetados na área da produção de Conteúdos, num verdadeiro convite ao estímulo à criatividade e uso da Sociedade da Informação por diferentes actores de áreas da Sociedade Civil.

- Definição duma matriz conceptual para a “Rede Cidades e Regiões Digitais” e participação na montagem dos diferentes Consórcios Territoriais (Associações de Municípios, Associações Empresariais, Universidades e Centros I&D), com acções de sensibilização realizadas um pouco por todo o país.

O Eixo Estado Aberto, direccionado para o financiamento de Projectos Estruturantes na Administração Pública, anteriormente sob dupla tutela ministerial, integrou-se em pleno no POSI e para além da continuação dos projectos já em curso (de que se destacam a

Loja do Cidadão e as áreas governamentais das Finanças e da Justiça) passou a integrar uma nova filosofia de apoio ao “E-government Central”, intimamente ligada a uma prática de articulação com a UMIC e os decisores das diferentes áreas governativas.

### 2.3. Análise por Medida

#### Eixo I

#### Medida 1.1 “Competências Básicas” (FSE)

Durante 2002, conforme referido anteriormente, deram-se passos no sentido da operacionalização duma Rede Nacional de apoio à implementação de Competências Básicas, formalizadas no DCB.

Neste contexto, é de destacar o trabalho realizado no sentido de envolver os Espaços Internet e Centros de Emprego na operacionalização da concessão do Diploma, mantendo a FDTI e a FCCN o intenso trabalho de terreno conducente aos objectivos pretendidos em matéria de Programa (260.000 no final de 2003, dos quais 90.000 em Lisboa e Vale do Tejo) e demonstrados nos Indicadores abaixo referenciados.



MEDIDAS	Indicadores de Resultado e de Realização Física	Unid.	Quantidade	Reprovados	Desistentes	Metas	
						2003	2006
1.1 Competências básicas	<b>de Resultado</b>						
	Diplomas de competências básicas concedidos	nº	15.870	149	60		
	<b>de Realização Física</b>						
	Volume de formação	Horas					
	Formandos do sexo masculino	Nº	7.394	61	27		
	Formandos do sexo feminino	Nº	8.476	88	33		
	Formandos por idade < 15 anos	Nº	7.705				
	Formandos por idade 15-19	Nº	5.988				
	Formandos por idade 20-24	Nº	1.142				
	Formandos por idade 25-34	Nº	1.190				
	Formandos por idade 35-44	Nº	577				
	Formandos por idade 45-49	Nº	171				
	Formandos por idade 50-54	Nº	100				
	Formandos por idade 55-64	Nº	94				
	Formandos por idade > 64 anos	Nº	62				
	Formandos empregados	Nº	1.961				
	Formandos desempregados à procura do 1º emprego	Nº	14.327				
	Formandos desempregados	Nº	449				
	Formandos outros	Nº					
Provas de certificação dirigidas à obtenção do diploma de competências básicas	Nº	16.079				260.000	720.000

Conforme se pode depreender da leitura do Quadro de Indicadores, o número de DCB concedidos em 2002 ainda é manifestamente baixo (resume-se praticamente à actuação da FDTI) e há ainda pouca homogeneidade etária e de qualificação nos beneficiários da Formação Básica. Espera-se em 2003 conseguir alterar estes padrões qualitativos de formar a tornar o DCB um verdadeiro instrumento de cidadania em Tecnologias de Informação.

#### Medida 1.2 - "Formação Avançada" (FSE)

Na sequência da abertura dos concursos nas datas já enunciadas, foram aprovadas neste ano, para financiamento pelo POSI, o seguinte número de bolsas:

Tipo de Bolsas	Bolsas Atribuídas
Bolsas de Mestrado	15
Bolsas de Doutoramento	165
Bolsas de Pós-Doutoramento	23
Bolsas de Gestão em C&T	7
Bolsas de Investigação Científica	3
Bolsas de Investigação	2
<b>TOTAL</b>	<b>215</b>

Os resultados do Contrato-Programa com a FCT na gestão das Bolsas têm permitido um avanço bastante positivo feito em matéria de Formação Avançada na área das TIC e da sua aplicação à modernização do tecido empresarial nacional e espera-se em 2003 alargar o campo desta Formação a outros domínios de intervenção e com uma participação mais activa e efectiva do tecido empresarial.

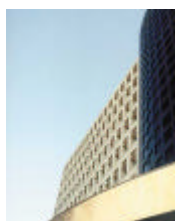


MEDIDAS	Indicadores de Resultado e de Realização Física	Unid.	Quantidade
1.2 Formação Avançada	de Resultado		
	Bolsas concluídas	Nº	-
	de Realização Físicas		
	Bolsas atribuídas	Nº	215
	Bolsas de Mestrado	Nº	15
	Bolsas de Doutoramento	Nº	165
	Outras bolsas	Nº	35
	Instituições envolvidas nos programas de formação avançada	Nº	-

Medida 1.3 - "Investigação e Desenvolvimento" (FEDER)

A área da investigação em consórcio tem sido alvo de um particular cuidado, estando a parceria entre empresas e instituições do sistema científico e tecnológico a ser incentivada. Assim, os Contratos-Programa com a FCT e com a Agência de Inovação permitiram o desenvolvimento de

Projectos altamente inovadores, em áreas de alto interesse estratégico para o país e com uma verdadeira parceria estratégico operacional entre Universidades, Empresas e Centros I&D e que permitem expectativas positivas de evolução comportamental dos Indicadores desta área.



MEDIDAS	Indicadores de Resultado e de Realização Física	Unid.	Quantidade
1.3 Investigação e desenvolvimento	<b>de Resultado</b>		
	Projectos concluidos	Nº	0
	<b>de Realização Física</b>		
	Instituições envolvidas no desenvolvimento dos projectos	Nº	183
	Projectos apoiados	Nº	173
	Projectos apoiados em consorcio	Nº	2

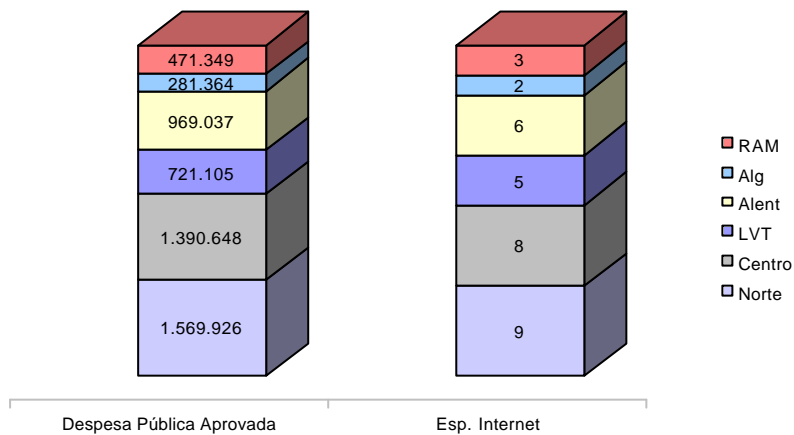
Estão envolvidos nestes projectos os mais reputados Centros I&D nacionais que em diversas áreas aplicadas das TIC (Robótica, Redes, Telecomunicações, outras) têm desenvolvido um trabalho intenso de articulação com Empresas e outras Entidades tendo em vista a obtenção de resultados práticos para o mundo empresarial.

Eixo II

Medida 2.1 – “Acessibilidades” (FEDER)

### Espaços Internet aprovados em 2002 por Região

#### Despesa pública e número



A medida “Acessibilidades” continua a registar uma grande aceitação por parte do público alvo a que se destina, tendo sido aprovadas durante o ano em análise 78 projectos.

Uma parte substancial destes projectos- 33 - dizem respeito a Espaços Internet de iniciativa municipal, cujas candidaturas surgiram em resposta ao Edital lançado em 8 de Fevereiro de 2001.

A Figura acima evidencia a distribuição regional da aprovação destes Espaços Internet e respectiva despesa pública associada (milhares Euros) . A alteração esperada relativamente à aprovação de um número significativo deste tipo de equipamentos na Região Autónoma dos Açores, na sequência do Contrato de Programa estabelecido entre o POSI e o Fundo Regional de Ciência e Tecnologia, não se veio a verificar dentro do período em análise

De entre os restantes projectos aprovados no âmbito das Acessibilidades, considera-se de relevar 3 candidaturas, quer pela importância e abrangência dos destinatários, quer, numa perspectiva mais financeira, pelos montantes de investimento comprometido que lhe estão associados:

Projecto “Criação de Postos Públicos de Acesso à Internet nas Juntas de Freguesia”

Promotor: ANAFRE

Data de aprovação : 11 de Março de 2002

Montante de apoio POSI aprovado: 7,8 milhões de Euros

Período de vigência – Março 2002- Dezembro 2005

Principais destinatários – cidadãos em geral

Objectivo: Instalação de um computador multimédia num espaço de cada Junta de Freguesia de livre acesso dos cidadãos e que deverá estar gratuitamente disponível para o público durante um horário mínimo - entre 20 a 40 horas semanais -, nos dias úteis a partir das 18h e /ou fins de semana em qualquer horário.

O financiamento POSI cobre 75% do custo de aquisição do computador e o reembolso dos custos efectivos da ligação à Internet correspondente ao horário mínimo semanal.

O Projecto foi previsto tendo em vista o gradual envolvimento da totalidade das JF do país (4251). Pretende-se que as JF se articulem com os Espaços Internet de base municipal e o POSI tem-se empenhado com a ANAFRE no sentido de incentivar os cidadãos a usar estes equipamentos na obtenção de informações e na resolução dos seus problemas administrativos.

A importância deste projecto da ANAFRE ganha ainda maior força a partir do momento em que está em curso no nosso país um movimento no sentido de reforçar cada vez mais a aproximação entre o cidadão a Administração Pública, assumindo nestes termos a Administração Local importância reforçada pelas relações de proximidade mantidas com as pessoas.



Projecto “2001 Associações” - Fase Piloto

Promotor: FPCCR – Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio

Data de aprovação : 6 de Fevereiro de 2002

Montante de apoio POSI aprovado: 856.078 Mil Euros

Período de vigência: Fev.º 2002 – Março 2003

Principais destinatários: movimento associativo

Objectivo: A fase piloto deste projecto apresenta duas componentes

-a criação do “Portal das Colectividades”, a partir do desenvolvimento do [www.colectividades.org](http://www.colectividades.org);

-a instalação na sede da FPCCR e em 50 colectividades de dois computadores e uma impressora, com acesso fácil, de grande visibilidade e gratuito a todos os sócios e não sócios destas colectividades.

As colectividades deverão programar actividades de envolvimento da população local, com base em trabalho voluntário, sendo acompanhadas por um monitor remunerado por distrito.

As 50 colectividades que integram esta fase piloto situam-se em freguesias que não as de sede dos municípios a que pertencem.

O financiamento POSI é a 100%, (50%OE e 50%FEDER), e abrange as despesas de instalação dos postos de acesso e do seu funcionamento durante os 12 meses desta fase do projecto.

Após concluído o projecto-piloto e com base nas conclusões de uma avaliação efectuada aos seus resultados, o “2001 Associações” deverá estender-se a todo o País, procurando abranger no total cerca de 2000 colectividades desta natureza.

·“Programa Clique Solidário” – aprovado no âmbito de um Contrato-programa com o Instituto de Solidariedade e Segurança Social

Promotor: ISSS

Data de aprovação : 14 de Março de 2002

Montante de apoio POSI aprovado: 7,8 milhões de Euros

Período de vigência: Fevº 2002 – Março 2004

Principais destinatários: IPSS e respectivos utentes

Objectivo: Equipar um número significativo de IPSS, (cerca de 500) seleccionadas pelo ISSS a partir de critérios que tenham por base o reconhecido trabalho na área do combate à pobreza e à exclusão social, com 3 postos de acesso à Internet e garantir a sua dinamização junto dos públicos vulneráveis e desfavorecidos destas instituições numa clara estratégia de combate à info-exclusão.

A dinamização destes equipamentos é assegurada por animadores/monitores contratados para o efeito, a tempo inteiro.

O plano de actividades desta dinamização compreende também a realização de acções de formação que visem a atribuição do Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação (Decreto-lei 140/2002 de 24 de Abril), financiadas pelo FSE.

O acompanhamento do projecto será garantido por uma equipa de coordenação central, integrada por um técnico de ciências sociais, um TOC e um administrativo.

O Quadro de “Indicadores de Medida” que se apresenta em baixo ilustra um ponto de situação da realização física à data

dos projectos aprovados no âmbito da medida “Acessibilidades”.

Medida	Indicadores de Resultado e de Realização Física	Unid.	Ponto Partida	Executado à data	Metas	
					2003	2006
2.1	<b>De Resultado</b>					
	Postos/espacos públicos de acesso à Internet nos concelhos	%	-	32%	100%	100%
	Postos/espacos públicos de acesso à Internet nas freguesias	%	-	11%	0%	100%
	Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico com acesso à Internet	%	-	129%	0%	100%
	<b>De Realização Física</b>					
	Postos/espacos públicos de acesso à Internet nos concelhos	Nº	-	98	307	307
	Postos/espacos públicos de acesso à Internet nas freguesias	Nº	-	475	0	4.241
	Outros postos/espacos públicos de acesso à Internet	Nº	-	293	0	0
	Computadores disponibilizados nos postos/espacos públicos de acesso à Internet nos concelhos	Nº	-	707	0	0
	Computadores disponibilizados nos postos/espacos públicos de acesso à Internet nas freguesias	Nº	-	475	0	0
	Computadores disponibilizados nos postos/espacos públicos de acesso à Internet noutros espacos	Nº	-	6.253	0	0
	Computadores com adaptações para CNE nos postos/espacos públicos de acesso à Internet	Nº	-	61	0	0
	Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico com acesso à Internet	Nº	220	10.345	0	8.000
	Associações com acesso à Internet	Nº	80	29	0	0

#### Medida 2.2

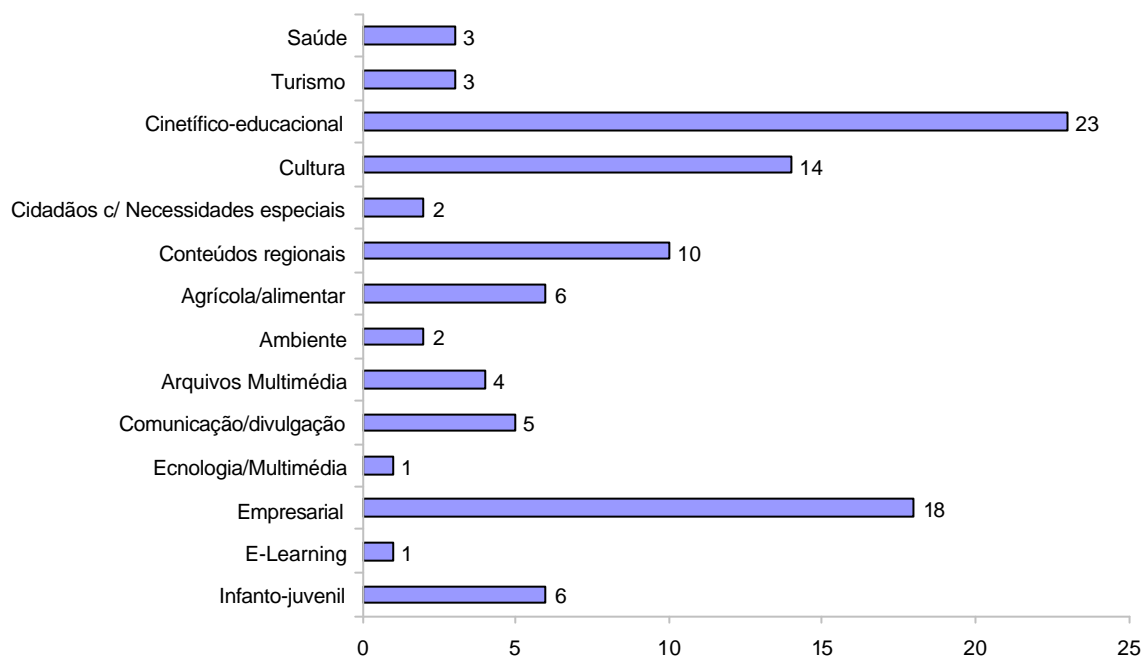
A medida “Conteúdos” registou uma espectacular recuperação da dinâmica de aprovação face ao ano anterior, passando de 1 único projecto aprovado em 2001 para 98 projectos aprovados durante 2002.

As áreas temáticas em que se enquadram estes 98 projectos é muito diversificada, podendo identificar-se cerca de 14. áreas. A figura abaixo regista a distribuição por áreas.

Esta diversidade de áreas temáticas é fruto da grande abertura que caracteriza o Regulamento de Acesso à medida, elaborado, na fase inicial, numa perspectiva de incentivar, sem restrições, a emergência de projectos de criação e desenvolvimento de conteúdos para a Internet. A qualidade desses conteúdos e o seu interesse público constituem os principais critérios de selecção apresentados aos promotores.



### Número de Projectos aprovados por áreas temáticas



Tendo em vista uma futura definição mais fina dos objectivos da medida, a 15 de Abril de 2002, por Despacho do Gestor n.º 57/2002, é encerrado temporariamente o período de aceitação de candidaturas a esta medida, prosseguindo os técnicos da EAT do POSI a análise das candidaturas

entretanto já entradas no Gabinete de Gestão e cuja aprovação viria a acontecer já em 2003

Medida	Indicadores de Resultado e de Realização Física	Unid.	Ponto Partida	Executado à data
2.2	<b>De Resultado</b>			
	Entidades envolvidas nos projectos de conteúdos	Nº	-	
	Pessoas potencialmente abrangidas por projectos de e-learning	Nº	-	
	Entidades que promovam projectos de e-learning	Nº	-	
	<b>De Realização Física</b>			
	Sites aprovados*	Nº	-	64
	Sites aprovados com adaptações para CNE	Nº	-	
	Projectos de e-learning aprovados	Nº	-	
	Outros projectos de conteúdos	Nº	-	10
	Acções de divulgação na área da Sociedade da Informação	Nº	-	2

Em complemento ao quadro de indicadores de medida acima, apresenta-se em anexo a lista de projectos aprovados em “Conteúdo” que contem, nomeadamente, os sítios cuja criação e desenvolvimento foram objecto de apoio POSI e que se encontram já *on line*.

Medida 2.3 – Projectos Integrados : Das Cidades Digitais ao Portugal Digital e Medida 2.4 Acções Integradas de Formação

A dinamização do Eixo Portugal Digital assentou na operacionalização da “Rede Cidades e Regiões Digitais”, instrumento central de desenvolvimento da Sociedade da Inovação e do Conhecimento no território. Esta Rede assenta num conceito estruturado de Plataformas Digitais de Inovação Regional (IDIR), que agrupam, para áreas territoriais definidas, os centros de competência relevantes (associações de municípios, associações empresariais, Universidades, Centros Tecnológicos e outras Entidades da Sociedade Civil).

A “Rede Cidades e Regiões Digitais” constitui-se como uma oportunidade única de articulação entre esses actores do território, criação de “clusters de inovação regional” e

modernização do funcionamento da Administração Pública Local através da reformulação de processos e novos modelos de gestão. Desta forma, as IDIR privilegiam três grandes áreas de actuação central no aumento do nível de vida das regiões:

\_e-Cidadão – desenvolvimento da Plataforma de Governo Electrónico Local, de Serviços de Saúde, Solidariedade, Segurança e Mobilidade

\_e-Qualidade de Vida – desenvolvimento de serviços de Cultura e Lazer, Desporto, Ambiente e Educação

\_e- Emprego e Produtividade – desenvolvimento do nível de emprego, das Dinâmicas dos Clusters Regionais (cooperação empresarial, investigação e desenvolvimento, empreendedorismo e atracção de investimento) e Mercados Electrónicos.



Medida	Indicadores de Resultado e de Realização Física	Unid.	Ponto Partida	Executado à data	Metas	
					2003	2006
	<b>De Resultado</b>					
	Projectos integrados no âmbito da Sociedade da Informação	Nº	-		0	0
	Concelhos envolvidos em projectos integrados	Nº	-		9	20
	Formulários disponibilizados sem submissão on-line em projectos integrados	Nº	-		0	0
	Formulários disponibilizados com submissão on-line em projectos integrados	Nº	-		0	0
	Hospitais com serviços de telemedicina em projectos integrados	Nº	-		0	0
	Centros de Saúde com serviços de telemedicina em projectos integrados	Nº	-		0	0
	Utentes potenciais que beneficiam dos serviços de telemedicina em projectos integrados	Nº	-		0	0
	<b>De Realização Física</b>					
	Acções aprovadas no âmbito de projectos integrados	Nº	30	137	60	165
	Acções aprovadas no âmbito de projectos integrados destinadas a CNE	Nº	-	1	0	0
2.3	Agências de desenvolvimento regional envolvidas nos projectos integrados	Nº	-		0	0
	Câmaras Municipais envolvidas nos projectos integrados	Nº	-	52	0	0
	Juntas de Freguesia envolvidas nos projectos integrados	Nº	-	80	0	0
	Instituições de Ensino envolvidas nos projectos integrados	Nº	-	73	0	0
	Direcções Regionais de Educação envolvidas nos projectos integrados	Nº	-		0	7
	Administrações Regionais de Saúde envolvidas nos projectos integrados	Nº	-	1	0	7
	Hospitais envolvidos nos projectos integrados	Nº	-	8	0	0
	Centros de Saúde envolvidos nos projectos integrados	Nº	-	0	0	0
	Associações comerciais, industriais e empresariais envolvidas nos projectos integrados	Nº	-	2	0	0
	Empresas envolvidas nos projectos integrados	Nº	-	3	0	0
	Outras entidades públicas envolvidas nos projectos integrados	Nº	-	33	0	0
	Outras entidades privadas envolvidas nos projectos integrados*	Nº	-	1	0	0
	Sites criados de divulgação dos projectos integrados e de informação de interesse público	Nº	-	1	0	0
	Postos/espacos públicos com acesso à Internet criados em projectos integrados	Nº	-	13	0	0

A medida 2.4 irá começar a ser operacionalizada com as Acções de Formação na Rede de Cidades e Regiões Digitais.



Eixo III

Medida 3.1. – “Estado Aberto” (FEDER)

A medida 3.1, do Estado Aberto, conforme referido anteriormente, destinada a financiar projectos estruturantes na Administração Pública teve durante os primeiros meses do ano um impulso com a aprovação de vários projectos e a operacionalização de projectos estruturantes em curso (de que se destacam a Loja do Cidadão e as áreas governativas das Finanças e da Justiça).

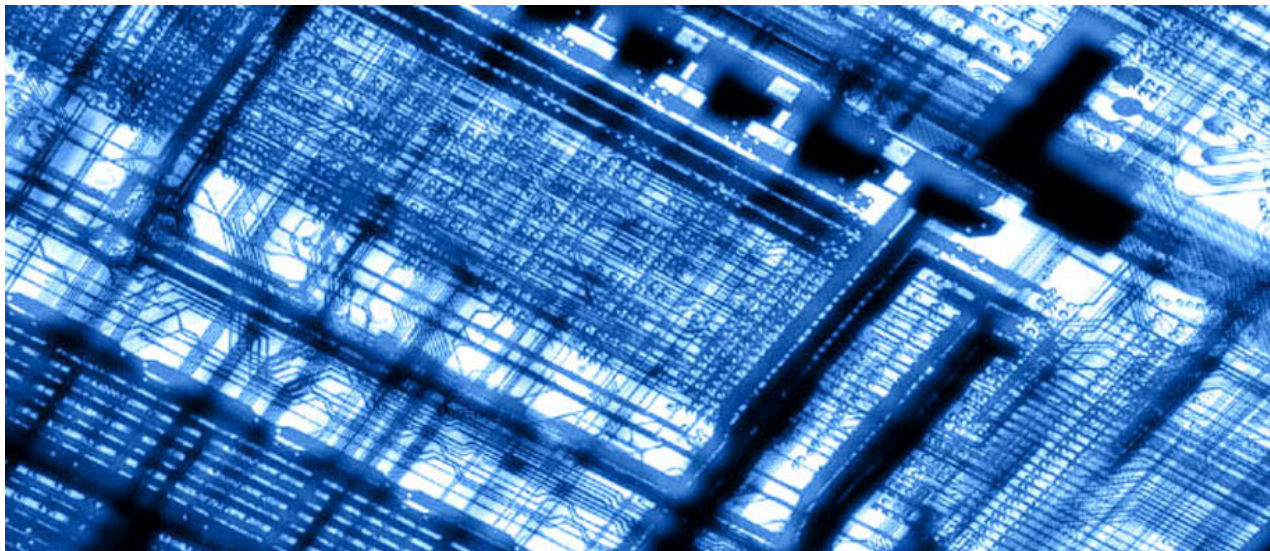
A centralização da estrutura do Estado Aberto no POSI e a extinção da dupla tutela ministerial, até então em vigor, configuram um papel central que esta medida passa a ter no

financiamento do “E-Government Central” em operacionalização pelo novo governo, através da UMIC, e numa concertação operacional activa permanente com os diferentes ministérios.

O grau de implementação dos projectos é atestado pelo quadro abaixo dos Indicadores de Medida, notando-se uma clara evolução positiva face a 2001 e uma dinâmica de implantação que permite antever bons resultados operacionais ao longo de 2003.

Indicadores de Medida

Indicadores Físicos	Unidade	Aprovado	Realizado
redes locais instaladas	n.º	84	37
aplicações informáticas/BD desenvolvidas	n.º	46	12
Projectos aprovados que visem a prestação de serviços electrónicos	n.º	11	1
websites desenvolvidos	n.º	26	1



### 3. Execução financeira

#### 3.1. Aprovações e despesa efectuada

Durante o ano de 2002 realizaram-se 7 reuniões da Unidade de Gestão do POSI, tendo-se ainda procedido a uma consulta aos membros da UG através de procedimento escrito.

O montante aprovado acumulado para projectos do POSI, no que se refere à Despesa Pública Total FEDER em 31 de Dezembro de 2002 é de € 293.675.923 e de € 40.400.805 relativamente às medidas do FSE totalizando € 334.076.728, conforme se pode verificar no quadro abaixo, evidenciando desta forma uma preocupação de implementação do Programa no terreno

Quadro 1 – Montantes Aprovados

Unidade: euro

Montantes Aprovados	Acumulado 2000/2002		2002	
	D.P.T. (1)	FUNDO (2)	D.P.T. (3)	FUNDO (4)
FEDER	293.675.923	144.097.012	171.639.172	77.748.239
FSE	40.400.805	21.768.428	31.664.485	15.702.632
<b>TOTAL</b>	<b>334.076.728</b>	<b>165.865.440</b>	<b>203.303.657</b>	<b>93.450.871</b>

Foi realizado um elevado esforço de execução durante o ano de 2002, como se pode verificar pelo quadro seguinte:

Quadro 2 – Montantes Executados

Unidade: euro

Montantes Executados	Acumulado 2000/2002		2002	
	D.P.T. (1)	FUNDO (2)	D.P.T. (3)	FUNDO (4)
FEDER	63.485.675	32.975.793	29.997.737	15.579.694
FSE	7.147.152	4.848.875	3.715.936	2.452.734
<b>TOTAL</b>	<b>70.632.827</b>	<b>37.824.668</b>	<b>33.713.673</b>	<b>18.032.428</b>

Legenda: D.P.T. - Despesa Pública Total

## 3.2. Eixo Prioritário I

O quadro seguinte evidencia o montante de aprovações durante e até ao ano 2002.

Em termos de execução, a demora no arranque do DCB (Medida 1.1) e os atrasos registados na gestão do Contrato-Programa com a FCT explicam os níveis de execução explicitados no quadro abaixo.

## Montante Aprovado até 31-12-2002

Unidade: euro

Montantes Aprovados	Acumulado 2000/2002		2002	
	D.P.T. (1)	FUNDO (2)	D.P.T. (3)	FUNDO (4)
FEDER	68.431.196	31.120.913	28.135.762	12.191.216
FSE	38.288.349	20.376.310	30.594.167	15.033.157
<b>TOTAL</b>	<b>106.719.545</b>	<b>51.497.223</b>	<b>58.729.929</b>	<b>27.224.373</b>

## Montante Executado até 31-12-2002

Unidade: euro

Montantes Executados	Acumulado 2000/2002		2002	
	D.P.T. (1)	FUNDO (2)	D.P.T. (3)	FUNDO (4)
FEDER	11.416.916	5.415.170	4.077.290	1.927.533
FSE	5.763.994	3.948.356	3.179.482	2.139.198
<b>TOTAL</b>	<b>17.180.910</b>	<b>9.363.526</b>	<b>7.256.772</b>	<b>4.066.731</b>

As perspectivas de evolução neste Eixo para 2003 são bastante positivas e apoiam-se na dinâmica de Novos Projectos em curso e que farão de 2003 claramente o ano da aposta na Inovação e Conhecimento.

## 3.3. Eixo Prioritário II

A dinâmica de aprovações registada neste Eixo ao longo de 2002 encontra-se bem espelhada no quadro abaixo:

## Montante Aprovado até 31-12-2002

Unidade: euro

Montantes Aprovados	Acumulado 2000/2002		2002	
	D.P.T. (1)	FUNDO (2)	D.P.T. (3)	FUNDO (4)
FEDER	204.066.689	97.325.267	138.165.808	61.693.672
FSE	605.471	417.212	420.068	289.469
<b>TOTAL</b>	<b>204.672.160</b>	<b>97.742.479</b>	<b>138.585.876</b>	<b>61.983.141</b>

A dinâmica de execução não acompanhou a de aprovações, mas espera-se que o arranque efectivo de muitos projectos

em 2003 acelere estes objectivos.

Montante Executado até 31-12-2002

Unidade: euro

Montantes Executados	Acumulado 2000/2002		2002	
	D.P.T. (1)	FUNDO (2)	D.P.T. (3)	FUNDO (4)
FEDER	44.348.340	21.973.495	21.782.982	10.661.145
FSE	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>44.348.340</b>	<b>21.973.495</b>	<b>21.782.982</b>	<b>10.661.145</b>

A medida 2.4. Acções Integradas de Formação (FSE), não executou qualquer montante durante o ano 2002.

melhoria do funcionamento dos sistemas de "E Government Central".

### 3.4. Eixo Prioritário III

Do ponto de aprovações, a dinâmica das Unidades de Gestão realizadas ao longo do ano permitiu uma boa performance do Eixo, com 55% da DPT e 51 % do Feder comprometidos. O peso assumido por projectos estruturantes (Loja do Cidadão e as áreas governamentais das Finanças e da Justiça) nestas aprovações é bastante importante pelo impacto que têm na

Quanto à execução, há uma recuperação face ao ano anterior, mas do ponto de vista de valores absolutos o ritmo ainda não é o desejado. Com as dinâmicas na área da Sociedade da Informação aplicada à Administração Pública potenciadas pela UMIC, prevê-se para 2003 um aceleração do ritmo de execução.

Montante Aprovado até 31-12-2002

Unidade: euro

Montantes Aprovados	Acumulado 2000/2002		2002	
	D.P.T. (1)	FUNDO (2)	D.P.T. (3)	FUNDO (4)
FEDER	18.380.829	13.785.609	4.241.602	3.181.201
FSE	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>18.380.829</b>	<b>13.785.609</b>	<b>4.241.602</b>	<b>3.181.201</b>

Montante Executado até 31-12-2002

Unidade: euro

Montantes Executados	Acumulado 2000/2002		2002	
	D.P.T. (1)	FUNDO (2)	D.P.T. (3)	FUNDO (4)
FEDER	5.194.763	3.896.073	3.259.079	2.444.309
FSE	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>5.194.763</b>	<b>3.896.073</b>	<b>3.259.079</b>	<b>2.444.309</b>

### 3.5. Eixo Prioritário IV

O GG - POSI tem procurado assegurar boas taxas de aprovação e execução da Assistência Técnica, de forma a

fazer um bom acompanhamento dos Projectos, conforme evidenciado nos quadros seguintes:

Aprovações da Assistência Técnica até 31-12-2002

Unidade: euro

Montantes Aprovados	Acumulado 2000/2002		2002	
	D.P.T. (1)	FUNDO (2)	D.P.T. (3)	FUNDO (4)
FEDER	2.797.209	1.865.223	1.096.000	682.150
FSE	1.506.985	974.906	650.250	380.006
<b>TOTAL</b>	<b>4.304.194</b>	<b>2.840.129</b>	<b>1.746.250</b>	<b>1.062.156</b>

Execução da Assistência Técnica até 31-12-2002

Unidade: euro

Montantes Executados	Acumulado 2000/2002		2002	
	D.P.T. (1)	FUNDO (2)	D.P.T. (3)	FUNDO (4)
FEDER	2.525.655	1.691.056	878.386	546.707
FSE	1.383.159	900.519	536.455	313.536
<b>TOTAL</b>	<b>3.908.814</b>	<b>2.591.575</b>	<b>1.414.841</b>	<b>860.243</b>

No ponto 6.5 deste relatório encontra-se um desenvolvimento mais detalhado sobre a execução da Assistência Técnica.

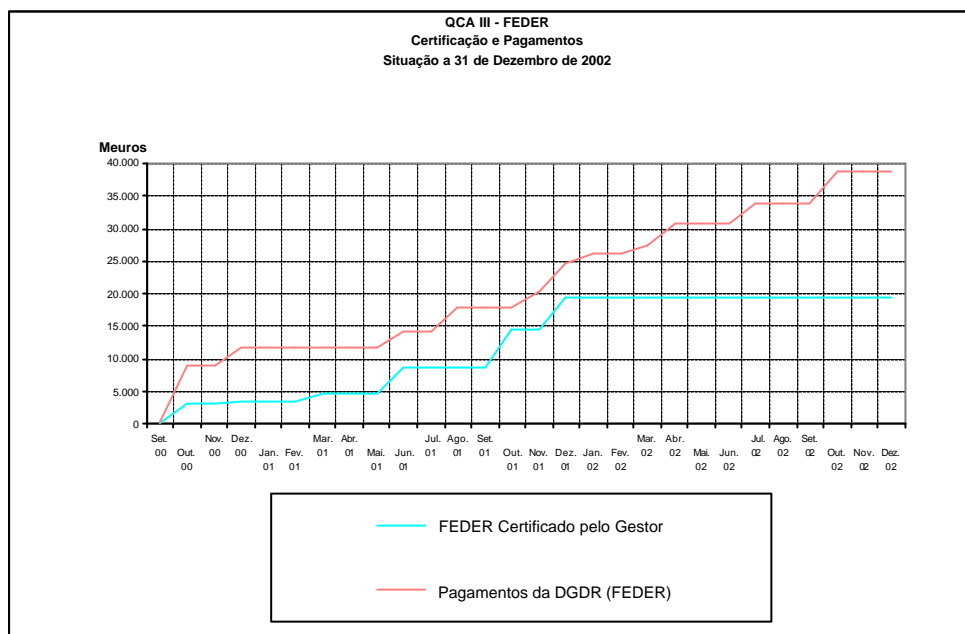
de pagamento e € 18.293.870 correspondentes ao adiantamento de 7% do total do programa (Quadro 1 do Anexo VIII) perfazendo um total de € 37.557.679.

### 3.6. Pedidos de pagamento e transferências recebidas

Durante o ano 2002 não foram efectuados pedidos de pagamento à Comissão Europeia por conta de FEDER de despesa pública validada e certificada, tendo a DGDR recebido por conta do POSI, da Comissão Europeia até 31 de Dezembro de 2002, € 19.263.809 por reembolso de pedidos

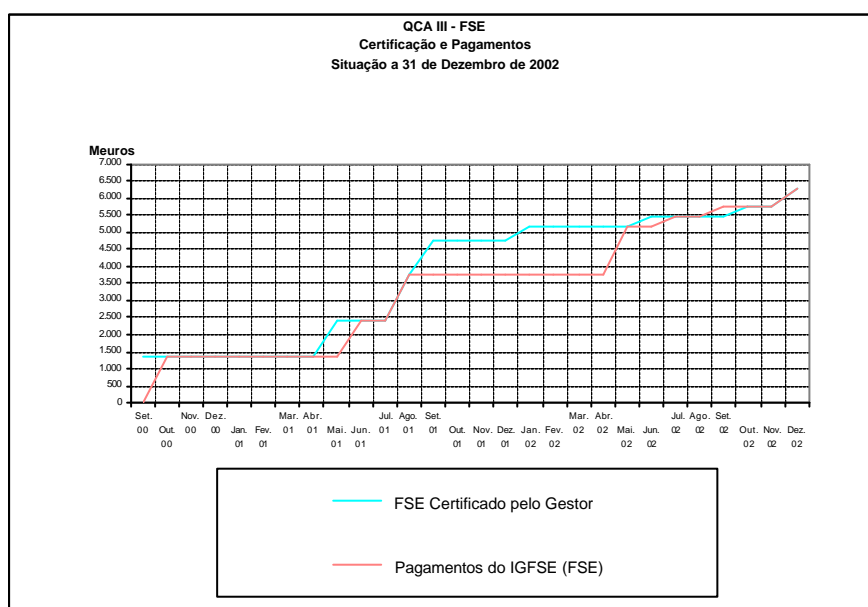
Em resultado destes pedidos de pagamento, a DGDR transferiu até 31 de Dezembro de 2002 por conta de FEDER para o POSI cerca de € 38.779.261.

É de salientar que no gráfico abaixo, não foi considerada a despesa referente ao contrato-programa da medida 1.3. Investigação e Desenvolvimento com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, por recomendação da DGDR.



Efectivamente, em virtude dos problemas detectados com a certificação de despesa inerente a vários projectos enquadrados no Contrato Programa com a FCT, a partir de Março aumentou o intervalo entre os pagamentos de FEDER realizados pela Autoridade de Pagamento e o FEDER efectivamente certificado. Trata-se duma situação anómala que prejudicou bastante o nível de evolução da execução do Programa durante o ano de 2002 e cuja resolução efectiva, em virtude das dificuldades de obtenção de documentos de quitação adequados, acabou por se resolver só no ano 2003. De realçar que por parte do GG-POSI foram encetados todos os mecanismos de resolução formal do problema junto do promotor FCT, indo de encontro às preocupações manifestadas pela Comissão Europeia.

Relativamente ao Fundo Social Europeu, foram efectuados quatro pedidos de pagamento à Comissão Europeia, na ordem dos € 1.540.737 (Anexo VIII).



### 3.7. Regionalização do investimento

A Programação Financeira por Eixo Prioritário e sua distribuição por regiões elegíveis e regiões em regime de apoio transitório é apresentada em anexo.

### 3.8. Vertente Desconcentrada (Programas Operacionais Regionais)

Vertente Portugal Digital

Esta vertente não teve execução no ano de 2002, dado que se optou por enquadrar a dinamização da "Rede Cidades e Regiões Digitais" no Programa Sectorial. O lançamento e operacionalização em 2003 da Rede de Campus Virtuais faz

antever uma aceleração interessante da execução desta medida..

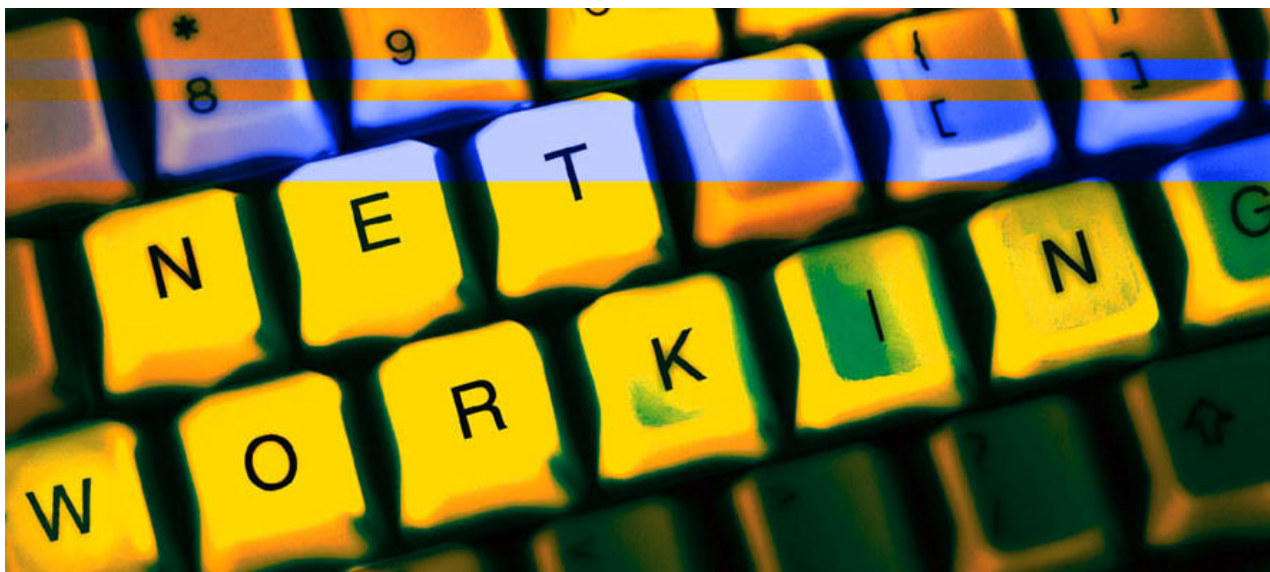
Vertente Estado Aberto

A vertente desconcentrada do Estado Aberto assume uma grande importância dado, representar cerca de 54% dos montantes FEDER atribuídos a esta domínio de intervenção. A articulação com os Programas Regionais tem corrido muito bem e tem havido a preocupação em relevar os impactos regionais dos diferentes projectos aprovados.

Até 31.12.2002 e para o conjunto das 5 regiões do continente, foram aprovados 20 projectos, conforme evidenciado no quadro abaixo.

Unidade: euro

Regiões	Vertente Desconcentrada - Estado Aberto			
	N.º Projectos Aprovados	Aprovado (31.12.2002)	Executado (31.12.2002)	%
Norte	5	7.159.147,64	3.190.954,90	45
Centro	3	4.499.855,34	1.407.088,25	31
LVT	5	6.604.185,60	2.826.720,32	43
Alentejo	3	1.427.751,60	779.905,42	55
Algarve	4	1.109.722,62	347.416,95	31
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>20.800.662,80</b>	<b>8.552.085,84</b>	<b>41</b>



#### 4. Previsões sobre a evolução

A operacionalização de vários projectos estruturantes no quadro da Política de Inovação e Conhecimento a implementar pelo Governo, o desenvolvimento da “Rede de Competências Básicas”, da “Rede de Cidades e Regiões Digitais” e de outras acções nos diferentes Eixos / Medidas do Programa bem como o lançamento de novos Projectos Mobilizadores (cas o dos Campus Virtuais e das Candidaturas ao 6º Programa-Quadro) indiciam uma evolução positiva para o Programa.

A disponibilidade de participação dos diferentes Promotores do território (Associações de Municípios, Associações Empresariais, Universidades e Centros I&D, inúmeras entidades ligadas à sociedade civil) tem evoluído de forma bastante positiva e tudo se conjuga no sentido de, ultrapassando as dificuldades financeiras da conjuntura económica nacional, se conseguir dar um sinal positivo nos resultados conseguidos.

## 4.1. Ponto de Situação a 30 de Abril de 2003

Eixo	Fundo	Programação Financeira	Aprovações	%	Execução			
		2000-2006			2000-2003			
Medida		DPT	DPT	(b)/(a)	DPT	%	Fundo	%
		(a)	(b)		(c)	(c)/(a)	(d)	(d)/(a)
<b>PO Total</b>		<b>623.129.277</b>	<b>394.572.094</b>	<b>63,32%</b>	<b>79.181.657</b>	<b>12,71%</b>	<b>42.032.307</b>	<b>6,75%</b>
FEDER		508.278.420	354.171.289	69,68%	72.450.998	14,25%	37.489.160	7,38%
FSE		114.850.857	40.400.805	35,18%	6.730.659	5,86%	4.543.147	3,96%
<b>Eixo 1</b>		<b>187.255.170</b>	<b>106.874.554</b>	<b>57,07%</b>	<b>16.718.681</b>	<b>8,93%</b>	<b>9.026.526</b>	<b>4,82%</b>
M 1.1.	FSE	54.778.939	21.197.725	38,70%	634.774	1,16%	444.342	0,81%
M 1.2.	FSE	45.239.106	17.090.624	37,78%	4.666.991	10,32%	3.167.014	7,00%
M 1.3.	FEDER	87.237.125	68.586.205	78,62%	11.416.916	13,09%	5.415.170	6,21%
<b>Eixo 2</b>		<b>388.466.630</b>	<b>262.851.131</b>	<b>67,66%</b>	<b>53.176.379</b>	<b>13,69%</b>	<b>26.381.160</b>	<b>6,79%</b>
M 2.1.	FEDER	99.604.122	112.958.388	113,41%	44.515.931	44,69%	22.003.038	22,09%
M 2.2.	FEDER	50.640.417	29.304.242	57,87%	3.741.170	7,39%	1.872.550	3,70%
M 2.3.	FEDER	228.316.030	119.983.030	52,55%	4.874.386	2,13%	2.474.641	1,08%
M 2.4.	FSE	9.906.061	605.471	6,11%	44.892	0,45%	30.931	0,31%
<b>Eixo 3</b>		<b>32.784.458</b>	<b>20.542.215</b>	<b>62,66%</b>	<b>5.376.940</b>	<b>16,40%</b>	<b>4.032.705</b>	<b>12,30%</b>
M 3.1.	FEDER	32.784.458	20.542.215	62,66%	5.376.940	16,40%	4.032.705	12,30%
<b>Eixo 4</b>		<b>14.623.019</b>	<b>4.304.194</b>	<b>29,43%</b>	<b>3.909.657</b>	<b>26,74%</b>	<b>2.591.916</b>	<b>17,72%</b>
M 4.1.	FEDER	9.696.268	2.797.209	28,85%	2.525.655	26,05%	1.691.056	17,44%
M 4.2.	FSE	4.926.751	1.506.985	30,59%	1.384.002	28,09%	900.860	18,29%

Conforme se pode verificar no quadro acima, durante os quatro primeiros meses de 2003 a evolução do ponto de vista de aprovações e execução ainda não foi significativa em virtude de questões administrativas relacionadas com a transferência da gestão administrativa / financeira do Programa para a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros terem atrasado o processo.

Realizaram-se no período duas Unidades de Gestão e são de destacar os seguintes pontos:

No Eixo 1, o Diploma de Competências Básicas arrancou finalmente e com as candidaturas recebidas dos Espaços Internet e Centros de Emprego os reflexos de execução ver-se-ão já nos próximos meses; a dinâmica das Bolsas da FCT manteve-se estável, esperando-se um reforço de execução

com o lançamento a partir de Junho de novas tipologias de Formação Avançada e na medida 1.3 s candidaturas recebidas ao 6º Programa-Quadro indiciam um aumento de execução.

No Eixo 2, aprovaram-se mais Espaços Internet e Projectos Cidades / Regiões Digitais, mantendo-se, desta forma, a dinâmica de execução deste eixo, que sairá reforçada com a reabertura para breve dos Conteúdos.

No Eixo 3, apesar da reabertura para breve de novas candidaturas em novos moldes suscitar um aumento de execução, foram aprovados alguns projectos inovadores. De destacar ainda a recepção de 57 candidaturas aos Campus Virtuais que irão começar a dar Execução ao Eixo Portugal Digital das Medidas Desconcentradas.

## 4.2. Previsões de Execução

## FEDER

Eixo	Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-01-03 a 31-10-03		Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-11-03 a 31-12-03		Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-01-04 a 31-10-04		Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-11-04 a 31-12-04	
	Despesa Pública Total	FEDER	Despesa Pública Total	FEDER	Despesa Pública Total	FEDER	Despesa Pública Total	FEDER
Eixo 1	12.500.000	5.612.500	2.500.000	1.122.500	12.500.000	5.612.500	2.500.000	1.122.500
Eixo 2	37.500.000	17.537.083	7.500.000	3.507.417	73.333.333	34.338.417	14.666.667	6.867.683
Eixo 3	8.333.333	6.250.000	1.666.667	1.250.000	6.250.000	4.687.500	1.250.000	937.500
Eixo 4	1.083.333	462.692	216.667	92.538	1.250.000	533.875	250.000	106.775
<b>TOTAL</b>	<b>59.416.667</b>	<b>29.862.275</b>	<b>11.883.333</b>	<b>5.972.455</b>	<b>93.333.333</b>	<b>45.172.292</b>	<b>18.666.667</b>	<b>9.034.458</b>

## FSE

Eixo	Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-01-03 a 31-10-03		Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-11-03 a 31-12-03		Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-01-04 a 31-10-04		Pedidos de Pagamento a efectuar de 01-11-04 a 31-12-04	
	Despesa Pública Total	FSE	Despesa Pública Total	FSE	Despesa Pública Total	FSE	Despesa Pública Total	FSE
Eixo 1	12.139.583	7.259.552	2.427.917	1.451.910	11.700.768	5.569.574	2.340.154	1.113.915
Eixo 2	1.550.735	934.086	310.147	186.817	1.038.326	495.496	207.665	99.099
Eixo 4	601.348	341.942	120.270	68.388	677.573	305.239	135.515	61.048
<b>TOTAL</b>	<b>14.291.667</b>	<b>8.535.580</b>	<b>2.858.333</b>	<b>1.707.116</b>	<b>13.416.667</b>	<b>6.370.308</b>	<b>2.683.333</b>	<b>1.274.062</b>

Nos termos dos objectivos de recuperação de execução do Programa foram definidos objectivos até final do ano que constam dos quadros acima e que têm como base referencial de previsão os seguintes tópicos:

- Dinamização no terreno de importantes projectos estruturantes como o Diploma de Competências Básicas, a Rede Cidades e Regiões Digitais e projectos anteriormente aprovados nos Conteúdos;



- Maior acompanhamento operacional, administrativo e financeiro dos Projectos, de modo a configurar cenários de execução mais estáveis;

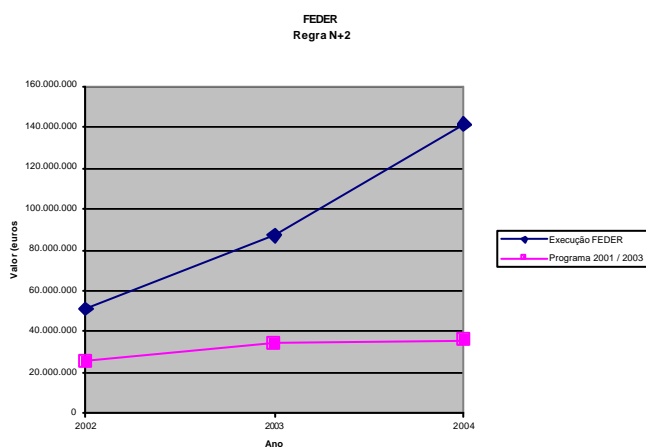
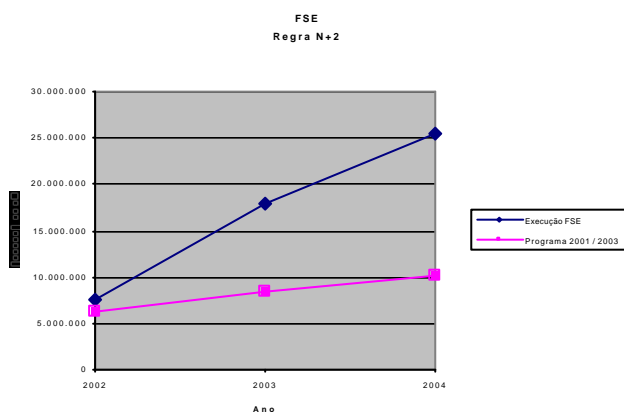
- Lançamento de novos Projectos Estruturantes na área da Sociedade da Informação pela UMIC e sua concretização do ponto de vista de financiamento.

O Gabinete de Gestão do POSI encontra-se fortemente empenhado na realização dos objectivos de alavancagem operacional e financeira da execução do Programa, embora esteja ciente das dificuldades orçamentais que a actual conjuntura económica impõe e que irão afectar em parte a dinâmica prevista de execução dos projectos.

### 4.3. Expectativa de cumprimento da Regra N+2

A regra N+2 obriga no final do ano de 2003 ao cumprimento da programação de 2001. A dinâmica de execução que o Gabinete de Gestão está a tentar imprimir ao Programa tem também como objectivo central fazer o máximo no sentido de tornar possível a concretização da regra N+2. Desta forma, a manterem-se as expectativas de evolução de execução até final do ano, tanto no FEDER (197 %) como no FSE (156%) se cumprirão os objectivos estabelecidos.

Fundo Comunitário	Execução + Pagamento por Conta a 31-12-2002	Pedidos Pagamento a efectuar em 2003	Execução a 31-12-2003	Programado 2000-2001	Regra N+2 face a 2001	Pedidos Pagamento a efectuar em 2004	Execução a 31-12-2004	Programado 2000 a 2002	Regra N+2 face a 2002
FEDER	51.269.664	35.834.730	87.104.394	44.319.000	197%	54.206.750	141.311.144	78.454.000	180%
FSE	7.593.776	10.242.696	17.836.472	11.452.000	156%	7.644.370	25.480.842	19.789.000	129%



## 5. Indicadores para a atribuição da reserva de eficiência

Os indicadores definidos no Complemento de Programação para a determinação da Reserva de Eficiência têm sido compilados de acordo com a evolução das várias medidas que compõem este Programa.

Os valores dizem respeito ao trabalho desenvolvido durante o ano de 2002 e o valor acumulado agrega os dados apresentados no relatório de 2001.

Para o cálculo do indicador “Cobertura dos alunos do 9º ano de escolaridade com certificação em competências básicas em tecnologias de informação” utilizou-se o nº de Diplomas de Competências Básicas atribuídos a pessoas com o 9º ano de escolaridade em 2002 e o nº de alunos inscritos no 9º ano de escolaridade em 2002/2003 segundo o Gabinete de Informação e Gestão do Sistema Educativo.

INDICADORES - EIXO DO QCA	2002	Acumulado
Cobertura dos alunos do 9º ano de escolaridade com certificação em competências básicas em tecnologias de informação	1,75%	1,75%
Escolas ligadas à Internet	0	10470
Aumento dos agregados familiares com PC	39% <sup>1</sup>	<sup>2</sup>
Postos /Espaços públicos para acesso à Internet	775	1226
Domínios activos no Top Level Domain.PT em permilagem da população	2,8	<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Os valores apresentados dizem respeito à percentagem total e não ao aumento

<sup>2</sup> Este valor não é acumulável

Alguns indicadores como “Escolas ligadas à Internet” esgotaram o seu universo em 2001 não tendo valores em 2002.

Outros indicadores, nomeadamente do eixo III apresentam, para 2002 valores muito baixos porque não houve abertura de novos concursos para candidaturas.

Os valores referentes aos indicadores “Numero de provas de certificação dirigidas à obtenção do diploma de competências” e “Numero de diplomas de competências básicas atribuído” foram disponibilizados pelo Observatório da Inovação e Conhecimento/UMIC

O indicador “Criação de uma cidade digital em todos os distritos do Continente e Regiões Autónomas” tem como base de referencia das cidades portuguesas o quadro REFTER Cidades Portuguesas (2001) da nomenclatura do INE ( [http://www.ine.pt/prodserv/nomenclaturas/refter/cidvil/cidades\\_ano.asp?ano=20011...](http://www.ine.pt/prodserv/nomenclaturas/refter/cidvil/cidades_ano.asp?ano=20011...)).



INDICADORES - PO	2002	Acumulado
Cobertura dos alunos do 9º ano de escolaridade com certificação em competências básicas em tecnologias de informação	1,75%	1,75%
Pessoas credenciadas em TIC/População activa	4	
Diplomas de competências básicas em tecnologias de informação atribuídos	14.535	14.535
Diplomas de competências básicas em tecnologias de informação atribuídos (LVT)	214	214
Postos /Espaços públicos para acesso à Internet	775	1.226
Aquecidos familiares com PC com acesso à Internet	18%	<sup>5</sup>
Escolas ligadas à Internet	0	10.470
Criação de uma cidade digital em todos os distritos do Continente e Regiões Autónomas	16	18
Criação de uma cidade digital em todos os distritos da Região de Lisboa e Vale do Tejo	5	5
Direcções Gerais e institutos públicos que disponibilizam pelo menos um serviço via electrónica	2	70
Direcções Gerais e institutos públicos que efectuem aquisições por via electrónica	1	4

<sup>4</sup> De acordo com informação do Observatório da Inovação e Conhecimento/UMIC os dados disponíveis são: " evolução do nº de diplomados na área das TIC face ao total de diplomados" o que não permite calcular o indicador em análise

<sup>5</sup> Este valor não é acumulável

Indicadores para a reserva de eficiência				
CRITÉRIOS de EFICÁCIA	MEDIDAS	INDICADORES	Total	LVT
Realização física	1.1	Numero de provas de certificação dirigidas à obtenção do diploma de competências	14.541	2.512
Realização física	2.3	Numero de acções aprovadas no âmbito de projectos integrados de cidades digitais	13	0
Realização física	3.1	Numero de projectos aprovados que visem a prestação de serviços por via electrónica	1	0
de Resultado	Eixo I	Numero de diplomas de competências básicas atribuído	14.535	2.511
de Resultado	Eixo II	Existência de uma cidade qualificada da como cidade digital em todos os distritos do Continente e Regiões Autónomas	17	5
de Resultado	Eixo III	Organismos da Administração Publica que disponibilizam serviços via electrónica	68 <sup>6</sup>	
efeito alavanca	medida 2.1	Rácio entre o valor dos investimentos realizados em relação aos recursos públicos mobilizados		

<sup>6</sup> Este indicador apresenta o mesmo valor que em 2001 porque não pode ser calculado pelo Observatório da Inovação e Conhecimento/UMIC

## 6. Medidas para assegurar a eficácia da gestão e implementação do programa

### 6.1 Acções de acompanhamento

Na sequência da experiência das actividades desenvolvidas nos primeiros anos de execução plena do Programa, numa primeira fase ligadas essencialmente ao processo de aprovação dos projectos e numa fase posterior à estabilização dos mecanismos de apuramento da despesa, foi possível iniciar as acções de acompanhamento dos projectos no terreno, definindo-se e tentando-se implementar uma metodologia técnica de relacionamento com os promotores que evidenciasse as dinâmicas positivas e negativas da evolução dos Projectos e permitisse desta forma um actuação colaborativa mais eficaz.

Esta actividade torna-se essencial para permitir que os objectivos de implementação da Sociedade da Informação no terreno se concretizem e para dar à execução dos projectos uma lógica de evolução dinâmica adaptada à dinâmica da própria envolvente, permitindo com isso que os resultados sejam mais consistentes com a realidade e que a avaliação do seu impacto seja o mais rigorosa possível. De realçar, a título de exemplo, o papel central que o acompanhamento tem em projectos de território como é o caso das Cidades / Regiões Digitais.

### 6.2. Síntese de Problemas Detectados

De uma forma geral, os principais obstáculos encontrados prendem-se com dificuldades ligadas ao carácter inovador das intervenções destinadas à promoção da Sociedade da Informação, dada a ainda fraca capacidade de concepção e implementação de projectos significativos nesta área.

O GG- POSI encetou um trabalho de profunda sensibilização dos diferentes Actores do Território (Associações de Municípios, Associações Empresariais, Universidades e

Centros I&D, outras Entidades da Sociedade Civil) para as vantagens da internalização da Sociedade da Informação (contando para isso também com o Grupo Temático da SI), reforçado ao mesmo tempo pelo efeito-demonstração de projectos em curso e pela evidência dos resultados positivos que estes permitem atingir.

Procurou-se melhorar o nível de articulação com a envolvente (Comissão Europeia, Comissão de Gestão do QCA, PO Desconcentrados) de forma a criar uma matriz de implementação do Programa mais eficaz e consistente e por outro lado o nível de relacionamento com os Promotores, centralizado nos "Portais" em implementação operacional. É gerido numa base permanente, de modo a tornar a permitir atingir resultados no terreno mais positivos.

### 6.3. Medidas para assegurar a eficácia da Gestão e implementação do Programa

Foi produzido e implementado um Manual de Gestão do Programa que contém toda a informação central relativa à organização e funcionamento do GG- POSI e aos procedimentos estabelecidos para análise, aprovação, acompanhamento e controlo dos projectos. Este documento reflecte a extrema preocupação de rigor e qualidade que norteia os princípios de gestão do programa e foi criada internamente uma metodologia conducente à sua implantação prática.

Para além das dinâmicas de organização interna do Gabinete de Gestão, instituídas numa lógica de Gestão por Objectivos e de partilha de responsabilidades, foi dada particular atenção ao domínio dos fluxos operacionais de procedimentos de análise, aprovação, acompanhamento e posterior controlo dos projectos, sendo de destacar nesta área o extremo rigor colocado nas matrizes de avaliação dos projectos e na obtenção de pareceres tecnicamente qualificados (como exemplos, os painéis de avaliação das Medias 2.2 – Conteúdos e 2.3 Cidades e Regiões Digitais), de forma a ir de encontro aos objectivos preconizados pelo Governo em matéria de Sociedade da Informação.

#### 6.4. Sistema de informação

O GG – POSI tem um Sistema de Informação devidamente montado e que tem como objectivo fundamental dar informação actualizada sobre o grau de evolução da implementação do Programa (a nível de aprovações e execução) junto da envolvente (Autoridades Europeia e Nacionais, Promotores, Parceiros). Desta forma, tem-se tentado manter actualizado o SIFEC – Sistema de Informação para os Fundos Estruturais e de Coesão 2000-2006 nas suas diferentes vertentes (projectos, pagamentos, indicadores) de forma a poder acompanhar de forma adequada e rigorosa a evolução dos diferentes projectos n componente FEDER.

Para além do SIFEC, a gestão da vertente FEDER é complementada por um SI interno que assegura a montante da introdução de dados em SIFEC, a análise da elegibilidade da despesa e apuramento do respectivo pagamento, por ano/projecto. Este SI é utilizado igualmente na gestão da vertente FSE. Encontra-se em fase de implementação o “SIIFSE” – Sistema Integrado de Informação do FSE disponibilizado pelo IGFSE. Encontrando-se, até à data poucos projectos aprovados no âmbito das medidas co-financiadas pelo FSE, este atraso na implementação do sistema não é preocupante. A Assistência Técnica utiliza um sistema de contabilidade pública adaptado às especificidades da execução financeira do POSI.

O registo de entrada de candidaturas é suportado por uma base de dados que foi criada internamente, permitindo atribuir automaticamente um número de ordem, identificar o estado dos projectos e realizar consultas sobre alguns dados de cada projecto, nomeadamente, entidade, designação, montante solicitado, região, objectivos e ponto de situação. Pretende-se desta forma assegurar um nível de acompanhamento de informação o mais adequado possível dos projectos ao longo do país e nas suas diferentes vertentes de intervenção.

#### 6.5. Utilização da Assistência Técnica

O GG- POSI procurou utilizar a Assistência Técnica à sua disposição para assegurar uma gestão adequada da evolução do Programa. Em conformidade com a actividade desenvolvida, a taxa de execução financeira dos montantes programados no âmbito das dotações quer FEDER quer FSE, situou-se praticamente nos 100%. Do ponto de vista operacional, com a extinção da estrutura EAGIRE o Gabinete de Gestão passou a integrar 21 elementos repartidos pelas diferentes áreas funcionais, sendo de destacar a operacionalização a partir de 2003 duma Es trutura de Acompanhamento e Dinamização do Grupo Temático da Sociedade da Informação.

De salientar o esforço financeiro assumido com a publicidade e divulgação que se materializam em vários tipos de actividades – actualização permanente da página do POSI na Internet, anúncios publicados na imprensa nacional e regional, seminários, participação em feiras e cartazes ligados à Sociedade da Informação, divulgação de abertura de concursos de acesso às várias Medidas - conforme descrito mais detalhadamente no ponto 6 deste relatório.

Relativamente à utilização da Assistência Técnica face à repartição entre despesas *In* e *Out*, segue-se o seguinte quadro:

Despesas	FEDER	%	OE	%	Total FEDER	FSE	%	OE	%	Total FSE	Total
In	459.183	62%	278.584	38%	737.767	263.341	58%	187.220	42%	450.561	1.188.328
Out	87.525	62%	53.094	38%	140.619	50.195	58%	35.699	42%	85.894	226.513
Total	546.708	62%	331.678	38%	878.386	313.536	58%	222.919	42%	536.455	1.414.841

### 6.6. Acções de controlo de 1º Nível

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2001 de 26 de Dezembro, que permitiu reforçar em 3 elementos a estrutura do POSI, afectando-os à área de Controlo de 1º Nível, foi em devido tempo constituída uma Unidade Orgânica com dois elementos e que desde logo começou a trabalhar, de acordo com os objectivos e metodologias aprovadas ( no caso do Feder, a Amostragem dos projectos a auditar obrigatoriamente de acordo com as metodologias indicadas pelo Sistema Nacional de Controlo (SNC) e que contempla o esforço adicional de controlo a efectuar por conta dos projectos com execução nos anos de 2000 e 2001 e no caso do FSE em virtude da inexistência de projectos cofinanciados por este fundo, com execução significativa em 2000 e 2001 o processo de selecção ainda não foi concluído, prevendo-se a sua concretização no início do 2º semestre do corrente ano.

Conseguiram-se resultados francamente positivos envolvendo alguns Projectos Estruturantes do Programa (Contrato-Programa na Medida 2.1 com a FCCN, Contrato-Programa nas Medidas 1.2 e 1.3 com a FCT , Projecto Trás-os-Montes Digital integrado na medida 2.3 das Cidades e Regiões Digitais e Projecto da Loja do Cidadão integrado na Medida 3.1 do Estado Aberto), mas num acidente trágico ocorrido em Novembro no IP4, perto de Vila Real, um dos elementos do Controlo faleceu e o outro ficou ferido, situação que obrigou a atrasar o trabalho já no terreno.

### 6.7 Avaliação Intercalar

Foram devidamente seguidos todos os trâmites formais tendo em vista a selecção, após publicação de anúncio público, da Entidade responsável pela Avaliação Intercalar do Programa. Um Júri devidamente constituído para o efeito encetou um rigoroso trabalho de análise das propostas candidatas e a opção acabou por recair no Consórcio IESE – Quartenaire, que se comprometeu desde logo a iniciar, segundo um Cronograma aprovado, o trabalho no terreno.

Desta forma, realizaram-se no último trimestre de 2002 várias reuniões operacionais entre o G- POSI e a Equipa de Avaliação, tendo em vista a afinação dos procedimentos de actuação operacional e o rigoroso cumprimento dos “Timings” estabelecidos no Caderno de Encargos. Um primeiro Relatório Preliminar foi produzido a partir dessa primeira interacção e ao longo dos primeiros sete meses de 2003 vai ser dada particular ênfase ao bom acompanhamento dos trabalhos tendo em vista permitir uma avaliação rigorosa, adequada e muito prática da evolução do Programa.

### 6.8 A dinamização do Grupo Temático

Foram criadas as condições para dar ao Grupo Temático um papel central na dinamização das políticas do POSI, sendo aprovado um intenso Programa a desenvolver no ano de 2003 um pouco por todo o país e que servirá de teste adequado ao sucesso dos diferentes projectos aprovados.

Pretende-se desta forma fazer do Grupo Temático um verdadeiro Fórum Permanente de avaliação do impacto que as Políticas Públicas na área da SI estão a ter no efectivo

desenvolvimento do país e das suas estruturas, articulando-o ao máximo com os diferentes projectos financiados pelo POSI.

LINHA DE APOIO TELEFÓNICO 217 222160  
 Informa-se que o horário de atendimento da LINHA DE APOIO TELEFÓNICO é das 15 às 17 horas



PROGRAMA OPERACIONAL  
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

  
Espaço Internet

  
Cidades Digitais

  
Administração Central

  
DIPLOMA  
A LUTA PELA FORMAÇÃO E ACESSIBILIDADE  
EM ESPAÇOS PÚBLICOS

  
Formação Avançada

  
Conteúdos

  
"Campos" Virtual

CONTA CTOS

NOTÍCIAS

8/1/2003  
 Diploma de Competências Básicas em TIs nos Espaços Internet  
 O POSI abre entre 15 de Janeiro e 28 de Fevereiro de 2003, um período de candidatura à Medida 1.1 "Competências Básicas", dirigido aos Espaços Internet, para o financiamento de acções de certificação e atribuição do Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação.

São financiadas acções de:

- Concessão do Diploma na sequência da aprovação numa prova acessível (1 hora / max. ) .
- Formação de curta duração (12 horas/max) para obter o Diploma.

**INTRODUÇÃO**

**INTRODUÇÃO**

O POSI apoia diversos tipos de projectos financiados pelo [FEDER](#) e [FSE](#) e pelo governo português.

As medidas 1.1 Competências Básicas, 1.2 Formação Avançada e 2.4 Acções integradas de formação são financiadas pelo FSE e as restantes - 1.3 Investigação e Desenvolvimento, 2.1 Acessibilidades, 2.2 Conteúdos e 2.3 Projectos Integrados: das Cidades Digitais ao Portugal Digital, pelo Feder.

Aceda aos formulários genéricos:

[FEDER](#)  
[FSE](#)

Se o seu projecto se enquadra num dos tipos a seguir indicados vá directamente para a respectiva secção onde encontrará toda a informação necessária.

[Espaços Internet](#)  
 Apoio à criação de espaços públicos de acesso à Internet em todos os municípios do país

[Conteúdos.pt](#)  
 Financiamento de projectos de produção ou disponibilização de conteúdos portugueses de interesse público em formato digital

[Cidades Digitais](#)  
 Projectos integrados que reúnem várias entidades participantes, públicas ou privadas,

**REGRA S DE PUBLICAÇÕES**

**DOCUMENTAÇÃO**

**PONTOS DE CONTACTO**

**INFORMAÇÕES**

**MAPA DO SÍTI O**

**Portugal Digital**





## 7. Informação e Publicidade

De acordo com o Regulamento CE 1159/2000, tem vindo a Estrutura de Apoio Técnico a tomar as medidas preconizadas para publicitar e informar sobre as acções desenvolvidas no âmbito do programa.

Foi criada uma imagem específica para o Programa Operacional Sociedade da Informação, utilizada em todo o material de estacionário, material promocional do programa e que, segundo as regras de publicitação, deve ser usada em todos os materiais e afixada nos locais onde decorrem os projectos cofinanciados, demonstrando a intervenção comunitária e nacional.

No cumprimento do plano de comunicação, implementaram-se acções específicas destinadas ao grande público e aos potenciais beneficiários.

Aproveitando as potencialidades da Internet, o site <http://www.posi.pcm.gov.pt> foi considerado pela EAT como o mais importante veículo de divulgação deste programa. Desta forma, foram desenvolvidos esforços no último trimestre do ano no sentido de fazer da página Web do Programa uma verdadeira Rede Integrada de Portais de Interação com os Promotores, de forma a permitir um acompanhamento mais

adequado e permanente dos diferentes projectos aprovados e em execução.

Conforme se pode visualizar na figura abaixo, o site do POSI integra 8 “Portais Internos de Interface com Promotores” (DCB, Formação Avançada, Investigação & Desenvolvimento,

Espaços Internet / Acessibilidades, Conteúdos, Cidades e Regiões Digitais, Campus Virtuais, Administração Central), que se constituem como a plataforma de gestão das várias “Redes Integradas” que o POSI tem no terreno na operacionalização dos seus diferentes projectos.



Foram também publicados artigos e entrevistas com o Gestor do Programa em revistas e jornais temáticos ou de grande divulgação, sobre os objectivos e impactos do Programa no

âmbito do desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.





## 8. Compatibilidade com as Políticas Comunitárias

O Gabinete de Gestão do POSI tem pautado a sua actuação operacional cumprindo os preceitos que do ponto de vista de legislação comunitária se apresentam como determinantes em matéria de Concorrência e de Procedimentos de Concursos Públicos, procurando desta forma tornar aberto e claro todo o processo de participação das diferentes Entidades nos financiamentos disponíveis.

### Ajudas de Minimis

O Gestor do Programa Operacional Sociedade da Informação implementou mecanismos de verificação da compatibilidade dos projectos aprovados com o regime de ajudas de minimis, em articulação com a DGDR.

Assim, os projectos alvo de parecer favorável da Unidade de Gestão, são enviados para a DGDR com a indicação do financiamento a conceder e a identificação fiscal da entidade beneficiária. Apesar de nunca se ter verificado, caso venha a ser assinalado pela DGDR a ultrapassagem dos limites previstos, o financiamento não será concedido.

Acresce que o Termo de Aceitação do projecto inclui, para o caso do beneficiário ser uma empresa, a exigência da declaração de outras ajudas de minimis eventualmente recebidas pela empresa.

### Política de Ambiente

A intervenção do POSI, pela natureza dos apoios disponibilizados no âmbito dos projectos aprovados nas suas diferentes medidas, não tem implicações directas em matéria de ambiente, respeitando integralmente os princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável e melhoria do ambiente.

### Igualdade de Oportunidades

Já por outro lado, no que respeita à política de igualdade de oportunidades, o POSI assume-se como um instrumento activo da política nacional nesta área.

O combate à info-exclusão prosseguido como uma condicionante essencial ao desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal traduziu-se numa prática de colocação de investimento em locais públicos e de disponibilização de apoio a instituições com um papel crítico nesta matéria.

O universo escolar socialmente mais alargado do primeiro ciclo do básico, minorias étnicas, imigrantes, os cidadãos com necessidades especiais configuram sectores da população objecto de particular preocupação na grelha de análise da apreciação dos projectos candidatos ao POSI.

São exemplos práticos destas preocupações:

A cobertura a 100% da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico;

A constituição da Rede Solidária, no âmbito da RCTS, que como já referido no ponto 2 deste relatório integrava, no final do ano em análise, 122 instituições que trabalhavam nas várias áreas da deficiência;

A aprovação do projecto “Comunidades em Movimento” que envolve 4 associações de imigrantes predominantemente de origem Cabo Verdiana residentes em bairros periféricos da zona da Grande Lisboa, estimando-se em cerca de 80 000 a população potencialmente abrangida pelo projecto;

A aprovação do projecto “Camelamos Naquerar” no âmbito do qual é criado e dinamizado um pólo com 6 postos informáticos ligados à Net, tendo como população alvo, na parte da manhã, cerca de 95 crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos, de etnia cigana, residentes no Bairro da Quinta das Laranjeiras e na parte da tarde (14h30-19h30) outras faixas etárias do Bairro que é composto ao todo por 84 famílias, num total de 429 pessoas;

A aprovação do projecto “Brasil em Portugal” que visa a criação e funcionamento, em Lisboa, por um período de três anos, de um espaço de acesso à Internet público e gratuito,

equipado com 6 computadores, dinamizado por 2 animadores e dirigido à vasta comunidade brasileira residente em Portugal.